

CONTEXTUALIZAÇÃO E AS GRANDES INSPIRAÇÕES DO CONCÍLIO VATICANO II

Fr. Francisco Heleno Moreira de Oliveira, OFM⁴¹

RESUMO

O Concílio Vaticano II foi um “divisor de águas” na história recente da Igreja, devido os vários movimentos de *aggionamento* de renovação da Igreja. Assim, graças ao Papa João XXIII, considerado por muitos como um papa apenas de transição, a Igreja abriu as janelas para o vento novo do Espírito Santo a transformasse, mas foi o Papa Paulo VI que concluiu todo o processo de discurso sobre uma transformação eclesiológica do papel da Igreja em si mesma, como no mundo. Esse artigo, pontua quais as grandes inspirações do Concílio e o que se pretendia com a publicação das constituições pastorais e dogmáticas, bem como os decretos e declarações. O concílio ainda se atualiza pela chamada para uma conversão pastoral de todas as comunidades eclesiais e de todos o serviço ministerial.

Palavras-chave: Concílio Vaticano II. Renovação. Igreja. Ministérios.

ABSTRACT

The Second Vatican Council was a “watershed” in the recent history of the Church, due to the various movements of *aggionamento* of renewal of the Church. Thus, thanks to Pope John XXIII, considered by many to be only a transitional pope, the Church opened the windows for the new wind of the Holy Spirit to transform, but it was Pope Paul VI who concluded the entire process of discourse on ecclesiological transformation. the role of the Church in itself, as in the world. This article points out the great inspirations of the Council and what was intended with the publication of pastoral and dogmatic constitutions, as well as decrees and declarations. The council is still being updated by the call for a pastoral conversion of all ecclesial communities and of all ministerial service.

Keywords: Vatican Council II. Renovation. Church. Ministries.

INTRODUÇÃO

Nesta exposição procuraremos mostrar a *contextualização* e as *inspirações* do Concílio Vaticano II para melhor nos situarmos na «II Semana teológica» do ICESPI –

⁴¹ Frei Heleno Moreira, ofm. É membro da Província Franciscana de Nossa Senhora da Assunção – MA e PI. Fez os estudos de filosofia e teologia no Instituto Católico de Ensino Superior do Piauí – ICESPI, em Teresina-PI (1985-1991). Mestre e doutor em Teologia dogmática pela Pontifícia Universidade *Antoniana* – PUA, em Roma (1995-2001). Foi professor de Ética, Teologia dogmática e Teologia pastoral no ICESPI (de 2001 a 2012) e de Teologia dogmática e Aconselhamento Pastoral no Instituto de Estudos Superiores da Maranhão – IESMA (de 2013 a 2018). Desde 2019 é pároco da Paróquia São Raimundo Nonato em Teresina e professor de Teologia dogmática no ICESPI.

Instituto Católico de Ensino Superior do Piauí, cujo tema central aborda os “40 Anos de Concílio Vaticano II: novos desafios à Igreja”.

A *contextualização* demonstrará a situação histórica anterior ao Concílio, a real necessidade do Concílio e a decisão, programação e início do Concílio. Quanto às *inspirações* serão apresentadas somente as principais e de modo sintético, pois, as *inspirações* do Vaticano II são tantas que para apresentá-las de modo exaustivo, seria necessária uma semana teológica exclusiva para esta finalidade.

O Concílio Vaticano II é o 21.º Concílio Ecumênico da Igreja Católica. Todos os Concílios Ecumênicos marcaram profundamente a história da Igreja e de todo o mundo cristão. Para termos uma idéia da importância dos Concílios na vida da Igreja, devemos ter em mente que os quatro primeiros⁴² foram recebidos no Oriente quase que com a mesma veneração tributada aos quatro Evangelhos.

Sem dúvida, cada Concílio representa um marco na história da Igreja. No discurso de abertura do Vaticano II, o Papa João XXIII declarou: “Todos os Concílios celebrados na história, tanto os 20 Concílios Ecumênicos, como os inúmeros Provinciais e Regionais, também importantes, testemunham claramente a vitalidade da Igreja Católica e constituem pontos luminosos de sua história”⁴³.

Para compreendermos as *inspirações* do Concílio Vaticano II devemos, de antemão, ser conscientes de que suas intenções fundamentais foram quatro: *pastoral*, *ecumênica*, *doutrinária* e *ensinar autenticamente*. E, acima de tudo, que este Concílio deve ser conhecido em seus textos e em seu espírito, sem sensacionalismo e sem extremismo.

1 CONTEXTUALIZAÇÃO

Para contextualizarmos o Concílio Vaticano II devemos, antes de tudo, nos situar na história civil e eclesiástica e compreendermos que o Concílio não foi fruto de uma simples manifestação ou decisão espontânea. Surgiu realmente de um contexto: germinou durante quatro ou cinco décadas.

1.1 Situação do contexto histórico anterior ao Concílio

a) *Uma sociedade em mudança* – três fatores desta mudança social:

— *A ascensão do Terceiro Mundo e o fim do colonialismo* na África e na Ásia, exatamente como acontecera antes, na América, no século XIX. Os dados falam por si⁴⁴. Constata-se que uma época fica superada. Esta libertação do mundo afro-asiático já tem repercussões incomensuráveis na imagem da Igreja (hierarquia e fiéis), em sua mentalidade, em suas atitudes, em seus costumes, em sua liturgia...

— *A industrialização do mundo*. Paralelamente, nos países ocidentais, graças às aplicações da técnica, a indústria transforma uma sociedade até aí prevalentemente agrícola: maximiza a eficácia dos meios de produção enquanto reduz, de maneira drástica, a mão de obra. Em consequência, começa o êxodo do campo para as megalópoles (Cidade do México, São Paulo, Xangai, Calcutá, Nova York... superam os dez milhões de habitantes) gerando

⁴² Nicéia, em 325; Constantinopla I, em 381; Éfeso, em 431 e Calcedônia, em 451.

⁴³ João XXIII, Discurso de abertura, *Gaudet Mater Ecclesia*; EV 1/27*.

⁴⁴ Independência da Indonésia (1945), das Filipinas (1946) e, em seguida, da Índia. Em 1948, nasce o Estado de Israel; em 1951 a Líbia liberta-se da Inglaterra. Os anos de 1945 a 1962 marcam as lutas pela independência da África. Em 1956, independência do Sudão; em 1958, de Gana e por volta de 1960 do Congo (ex Zaire) do Quênia, de Uganda de Madagascar. Em 1974/75 cessa a dominação portuguesa em Angola e em Moçambique. A Indochina, que passou a ser o Vietnã, libertou-se da dominação francesa e americana, depois de anos de combate.

uma cadeia de problemas: drogas, desocupação, violência, terrorismo, greves, imoralidade de vários tipos...

— *Finalmente, a televisão* entra no coração dos ambientes domésticos e transforma a terra numa “grande aldeia”. Vivemos na hora do presente universal. As poltronas paralelas das salas de TV tornam-se o símbolo dos monólogos paralelos e silenciosos das pessoas acotoveladas diante da pequena tela. O que fazer para que a TV não ocupe totalmente o lugar da religião, destruindo os valores e as tradições? De que modo podemos usá-la no anúncio do evangelho?

Diante de mudanças tão gigantescas, podemos ainda falar de cristandade, de religião de Estado, de nação cristã? Que influência pode a Igreja exercer neste mundo pluralista e secularizado em que entram em contato e se misturam religiões, raças, culturas? No momento, o mundo assemelha-se a uma imensa panela em que se encontra de tudo, do melhor ao pior.

b) *Uma Igreja em estado de busca*. Em toda parte reina um mal-estar difuso, tanto no mundo leigo como no mundo clerical. No interior das mesmas regiões coexistem correntes progressistas e correntes conservadoras ao extremo. Todavia, começam a delinear-se novas tendências, cada vez mais consolidadas, sobretudo, em três setores:

— *Os leigos ocupam um lugar cada vez mais importante na Igreja*: uma importância que se concretiza na manifestação de movimentos de ação católica (Ação Católica Italiana, JEC, JOC...) que invadem rapidamente a Europa e a América, sob a influência do Pe. Cardijn; no surgimento dos institutos seculares, que seguem os conselhos evangélicos, porém, mantendo seus membros nas próprias ocupações profissionais; no desenvolvimento da teologia do laicato, sustentado por algumas revistas.

Ao mesmo tempo, coloca-se o problema da autonomia do laicato em relação ao clero. A ação dos católicos passa a distinguir-se, cada vez mais, dos movimentos de ação católica e se exerce diretamente no campo social. O avanço do comunismo e do socialismo obriga a Igreja a tomar posição nas Encíclicas *Rerum Novarum* (1891) e *Quadragesimo Anno* (1931).

— *Um segundo aspecto* característico da renovação é a *volta às fontes*, sobretudo, à Escritura e à Patrística. O magistério papal com a Encíclica *Divino afflante Spiritu* (1943), deu um novo alento a uma exegese extinta pela crise modernista. A partir desta Encíclica, os católicos puderam dispor de maior liberdade para o estudo da Bíblia. Uma grande quantidade de traduções evidencia uma verdadeira descoberta da Bíblia nos meios católicos. Muitos dos textos-fontes da liturgia e dos Padres da Igreja (*Sources chrétiennes*) foram editados de maneira crítica e traduzidos.

— *Uma exigência* sempre mais intensa da época pré conciliar é a vontade de *reconstruir a unidade rompida* entre os cristãos: vagalhão irreprimível, que se transformará no movimento ecumênico, do qual se encontram sinais precursores na fundação da revista *Irénikon* (1926), na obra de Yves Congar (*Chrétiens desunis*, 1937), na fundação da *Pro Civitate Christiana*, por obra de G. Rossi, em 1939, e do centro *Unitas*, em Roma, no ano de 1950. Estes acontecimentos eram uma preparação para a fundação do «*Secretariado para a Unidade dos Cristãos*», ocorrida em 1960, por obra de João XXIII.

Outras tendências vão-se impondo: abertura para o mundo; diálogo com a ciência; exigência de renovação litúrgica; renovação da antropologia; melhor apresentação da mensagem cristã nas homilias, catequese; em teologia, a especificidade do cristianismo diante das outras religiões mundiais; abolição da centralização e do monolitismo romanos; relação Igreja-evangelho-cultura. Neste momento, tanto na sociedade como na Igreja, tudo está em efervescência, na expectativa de um catalisador suficientemente poderoso para favorecer uma unidade seriamente ameaçada.

1.2 A real necessidade do Concílio

Em 1923, o cardeal Billot afirmou que com a definição do dogma da *Infallibilidade pontificia*, colocou-se a palavra fim na época dos Concílios⁴⁵. Mas o fato é que a história logo mostrava e provava a necessidade de um Concílio. As exigências de reformas ou atualizações que na Igreja se faziam sentir, cada vez mais, expressavam a realização de um Concílio.

Sentia-se a necessidade de um Concílio na Igreja Católica. O Papa Pio XI já havia pensado na retomada do Vaticano I, interrompido, em 1870, por causa da guerra. Pio XII retomou o projeto em 1948, que foi logo bloqueado em razão de numerosas divergências na Cúria Romana.

— Tensões doutrinárias dentro da Igreja?

Às vésperas do Vaticano II não andava tudo bem no coração da cristandade, o Vaticano. Um fato que se tornou notório foi o do cargo de Secretário de Estado permanecer vago de 1944 a 1958. Durante esse período, Pio XII concentrou todo o poder em suas mãos, tornando-se um papa isolado, sem suficientes contatos pessoais, rodeado de assessores com a mesma tendência. A Cúria Romana passou por um período de estagnação⁴⁶. Pio XII representava a encarnação do papado em toda a sua dignidade e superioridade.

Já havia também certa divisão na reflexão teológica: de um lado, o grupo de teólogos que vive na periferia, à escuta das exigências do mundo novo; e, do outro, o grupo de teólogos conservadores, particularmente no Vaticano, tímidos, temerosos. Nesse período, numerosos teólogos de renome tornaram-se objetos de suspeitas, de medidas disciplinares, como Teilhard de Chardin.

Iniciativas pastorais como a dos padres operários na França foram condenadas e sustadas. Houve muitas suspeitas e desconfiâncias de alguns pensadores católicos. Mas, o mais amplo eco da “querela” circundou a *Nouvelle Théologie*, cujos alvos preferidos foram *Saulchoir*, dos Dominicanos e *Lyon-Fourvière* dos Jesuítas. Os padres de Lubac, Ganne, Bouillard foram proibidos de ensinar e publicar. Na Encíclica *Humani Generis*, de 1950, Pio XII mostra-se visivelmente preocupado; receia sérios desvios no tocante às bases do cristianismo, sobretudo, a imutabilidade do dogma, a importância do magistério papal, o pecado original, a relação natureza-graça, etc.

Houve especial atenção à questão sobre Maria, com a definição do dogma da Assunção, no dia 1.º de novembro de 1950. O dogma rejubilou a grande maioria dos católicos, mas provocou o surgimento de um mal-estar nos meios ecumênicos, entre os protestantes e os ortodoxos.

Em 1954, por causa da ligação com os padres operários, alguns teólogos dominicanos são proibidos de ensinar: Congar e Chenu. No final do pontificado de Pio XII, bastante rico de iniciativas, surgiram alguns bloqueios. Toda a situação da Igreja e do mundo formou o contexto que expressava a necessidade de um Concílio. Sem dúvida, estava na hora da realização do Concílio.

Aos 09 de outubro de 1958, faleceu o Papa Pio XII. Aos 25 do mesmo mês teve início o conclave para a eleição do novo Papa. Aos 28 de outubro, foi eleito o Cardeal Ângelo Giuseppe Roncalli, o qual adotou o nome de João XXIII. Foi eleito para ser papa de

⁴⁵ A posição do Cardeal Billot expressa a mentalidade de que a partir do dogma da Infallibilidade Pontificia, o Papa sozinho, teria a autoridade plena para intervir, decidir ou determinar a resposta para toda e qualquer necessidade, problema ou situação da Igreja Católica, dispensando a convocação e realização de um concílio.

⁴⁶ Porém, deve se ressaltar que apesar das delimitações e proibições, a primeira parte do pontificado de Pio XII foi assinalada, prevalentemente, de abertura e de acolhimento. Suas encíclicas *Divino afflante Spiritu* (1943), *Mystici corporis*, (1943) e *Mediator Dei* (1947) constituíram importantes avanços para os estudos bíblico-exegéticos, compreensão da Igreja e para a renovação da liturgia da Igreja. Mas, a partir de 1950, se teve uma acentuação da tendência restauradora, sobretudo na Encíclica *Humani generis* (1950).

“transição”. Isto se comprovou, ele mesmo sabia, por causa de sua idade: 77 anos. Sua eleição foi recebida com grande surpresa. Para o grande público, Roncalli era um desconhecido.

Não era de se esperar um longo pontificado. Não se confirmou, todavia, a previsão da “transitoriedade” no que concerne ao significado de sua atuação. Logo vieram as surpresas, não só pela sua “jovialidade” e simpatia, mas por seu projeto: convocar um Concílio. João XXIII abriu para a Igreja, novos e importantes caminhos em direção ao futuro, como veremos a seguir.

1.3 Decisão, programação e início do Concílio

João XXIII, tendo em vista o ritmo acelerado das mudanças sociais e da necessidade de reconstruir a unidade entre os cristãos, tomou a decisão irreversível de um grande Concílio Ecumênico. Era preciso evitar um atraso fatal, como aconteceu na época da reforma protestante.

Aos 25 de janeiro de 1959, com quatro meses (incompletos) de pontificado, João XXIII surpreendeu a Igreja e o mundo, convocando o 21º Concílio Ecumênico da Igreja, na presença dos cardeais. Ao anunciar o Concílio, o Papa ainda não possuía o programa detalhado para o mesmo. Também não tinha plena clareza sobre o alcance do Concílio, porque pensava ter o mesmo cerca de apenas três meses de duração. Aos 14 de junho do mesmo ano, usou a palavra «*aggiornamento*». Uma atualização, abertura e inserção da Igreja no mundo moderno, onde o cristianismo deveria se fazer presente e atuante.

— Datas principais do início do Concílio

a) O Concílio Vaticano II foi anunciado por João XXIII, aos **25 de janeiro de 1959**, na Basílica de São Paulo, em Roma⁴⁷.

b) Aos **05 de junho de 1960**, o Papa instituiu onze comissões preparatórias do Concílio⁴⁸.

c) No **Natal de 1961**, o Papa anunciou a abertura do Concílio para o ano seguinte⁴⁹.

O longo período de vinte e três meses, que se estende de janeiro de 1959 a dezembro de 1961, foi de intensa preparação do Concílio.

d) Aos **02 de fevereiro de 1962**, fixou o início do Concílio para o dia **11 de outubro**⁵⁰.

e) De fato, aos **11 de outubro**, foi aberta solenemente, a **primeira sessão pública** do Concílio com o discurso, «*Gaudet Mater Ecclesiae*».

O Concílio Vaticano II estava chegando “na hora”. Neste discurso de abertura, muito apreciado e citado, o Papa João XXIII procurou anunciar algumas claras diretivas para o Concílio. Elevou sua voz contra «os profetas de desventura, que anunciavam eventos sempre agourentos, quase que ameaçando o fim do mundo».

f) Aos 08 de dezembro, João XXIII **conclui a primeira sessão** do Concílio.

E no discurso de encerramento da primeira sessão chamou o Vaticano II de um “*novo pentecostes* que fará florescer na Igreja sua riqueza interior e sua extensão para todos os campos da atividade humana, *um novo passo* adiante do reino de Cristo no mundo”⁵¹.

Aos **03 de junho de 1963** morre o Papa João XXIII. A comoção por seu falecimento foi sentida no mundo inteiro. De acordo com o Código de Direito Canônico vigente, o Concílio foi suspenso com a morte do papa. Um conclave, muito breve, aos **21 de junho**,

⁴⁷ Estavam presentes ao anúncio do Concílio 17 cardeais. Após o anúncio, os cardeais reagiram com um impressionante e devoto silêncio. Os demais cardeais receberam a notícia por meio do secretário de Estado; apenas um terço reagiu ao discurso. Os Cardeais Lercaro e Montini (futuro Paulo VI) ficaram bastante desconcertados.

⁴⁸ Cf. Motu proprio *Superno Dei nutu*.

⁴⁹ Cf. Carta apostólica *Humanae salutis*, de indição do Concílio Ecumênico Vaticano II; EV 1/1* – 23*.

⁵⁰ Cf. Moto proprio *Consilium*; EV 1/24*.

⁵¹ Cf. Allocutio *Prima sessio*; EV 1/124*.

elegeu o Cardeal Giovanni Battista Montini (arcebispo de Milão), o qual escolheu o nome de Paulo VI. O novo Papa recebeu a pesada herança do Concílio e conhecia bem as tensões existentes entre conservadores, progressistas e indecisos. O futuro do Concílio muito dependia dele. Um fato era constatado por todos: o conjunto dos padres conciliares desejava um papa que pudesse assegurar a continuidade do impulso dado por João XXIII. Esse havia aberto a via do diálogo com as Igrejas e com a humanidade inteira. Era impossível dar marcha para trás ou frear a marcha da esperança e do amor.

O Papa Paulo VI dissipou qualquer dúvida que poderia existir sobre a continuidade do Concílio assumindo, imediatamente, sua continuação. O discurso pronunciado aos 29 de setembro de 1963, no início da segunda sessão do Concílio, foi dedicado, sobretudo, à Igreja, como tema principal do próprio Concílio, mas, também, ao diálogo da Igreja com o mundo.

No discurso de abertura da Terceira Sessão (14.09.1964), Paulo VI expressou, de modo incisivo: “Não se esqueça que o atual Concílio foi convocado por libérrima iniciativa do nosso venerando predecessor João XXIII, de feliz memória, e foi por nós confirmado com muito gosto e sem qualquer demora”⁵².

Do início ao fim, Paulo VI apresentou-se, humilde, lúcido e corajoso. O que caracteriza sua ação é, ao mesmo tempo, uma tensão para o ideal e o realismo concreto que sabe levar em conta as situações factuais e as circunstâncias que condicionam as decisões a serem tomadas. Para ele o essencial era a renovação da Igreja e a reaproximação com as Igrejas separadas.

— Principais singularidades do Concílio:

O Vaticano II é, inquestionavelmente, a mais ampla obra de reforma já concretizada pela Igreja. Em sua realização há muitas singularidades:

a) O *número de Padres conciliares* ficou com cerca de 2.400, desde o início⁵³;

b) A *unanimidade das votações* bateu muitas vezes todos os recordes⁵⁴;

c) Acima de tudo, destaca-se a *amplidão dos temas tratados*: Igreja (natureza, constituição, membros, atividade missionária e pastoral), revelação, liturgia e os sacramentos, as outras comunidades cristãs e as outras religiões, o laicato, a vida consagrada, a reforma dos estudos eclesiásticos, a liberdade religiosa, a educação cristã, as relações fé-cultura, e Igreja-mundo, os meios de comunicação social.

d) *Originalidade única*. Os concílios anteriores eram o mais das vezes provocados por heresias ou cismas ou desvios específicos, às vezes, regionais.

e) Pela primeira vez, um concílio tem *dimensão planetária*. A universalidade dos temas é acompanhada pela universalidade de representação universal⁵⁵.

f) Pela primeira vez um concílio ousou enfrentar *problemas absolutamente inéditos*: por exemplo, a inacreditável pobreza de uma ampla parcela da humanidade, a multiforme opressão da liberdade e dos direitos essenciais do homem, a corrida armamentista, as ameaças de aniquilamento da humanidade, a busca eficaz da unidade dos cristãos, a contribuição da literatura e das artes para a vida da Igreja.

Paulo VI colocou-se com firmeza na grande obra de continuidade do Concílio com prodigiosa rapidez e eficácia. O Concílio comportou quatro sessões, com duração de dois ou três meses (de setembro a dezembro) cada uma.

— Dificuldades no desenvolvimento do Concílio Vaticano II?

⁵² Cf. *Allocutio In signo Sanctae Crucis* ; EV 1/255.

⁵³ Em comparação com 750, do Vaticano I, e com 258 de Trento.

⁵⁴ A constituição sobre a Revelação registrou apenas 6 votos negativos, num total de 2.350 votantes. A constituição sobre a Igreja apenas 5 votos negativos.

⁵⁵ Concretamente, o percentual da participação episcopal da Europa foi de 33%, os Estados Unidos e Canadá com 13%, a América Latina com 22%, a Ásia com 10%, o mundo árabe e a Oceania com 6%. Pela primeira vez, peritos — cujo número passou de 201 para 480, graças à influência de Paulo VI — colaboraram na elaboração dos textos conciliares, fazendo, assim, ouvir-se a voz de antigas e ricas tradições culturais.

É verdade que o Vaticano II viveu inícios difíceis, senão caóticos; mas, como evitar um período de provas quando se trata de empreendimentos tão gigantescos. João XXIII queria fazer do Concílio um novo Pentecostes, mas desta vez não se tratava do pequeno rebanho da Igreja primitiva e sim de uma multidão da Igreja contemporânea, espalhada pelo mundo inteiro. Com efeito, notou-se bem cedo que era preciso planejar melhor (esta foi obra de Paulo VI), mas, também, que era preciso deixar as semanas e os meses passarem para que se pudesse formar nos Padres conciliares uma «consciência colegial» (esta foi obra do tempo e do Espírito Santo).

Logo de início, o trabalho de Paulo VI foi o de “planejar” o Concílio. Os 72 esquemas inicialmente propostos foram reduzidos a 17; no final foram votados e promulgados 16 documentos. Os 13 observadores leigos do início passaram no fim para 42.

— O Concílio em números:

a) Períodos da realização: 04

1º. de 11 de outubro a 08 de dezembro;

2º. de 29 de setembro a 04 de dezembro;

3º. de 14 de setembro a 21 de novembro;

4º. de 14 de setembro a 08 de dezembro.

b) Realizaram-se 168 congregações gerais ou reuniões de bispos na Basílica de São Pedro para estudo e votação dos esquemas: 36 no primeiro período, 43 no segundo, 48 no terceiro e 41 no quarto. Houve 544 votações.

c) Foram pronunciados 2.200 pequenos discursos, sem contar os do Papa, de alguns párocos, e auditores leigos, a apresentação dos esquemas pelos relatores e as observações ou avisos dos cardeais moderadores e do secretário geral. Por detrás disto, corria o trabalho silencioso das comissões e dos peritos.

— Encerramento do Concílio:

Aos 07 de dezembro de 1965, o Vaticano II concluía seus trabalhos, aprovando quatro documentos conciliares. Nessa mesma ocasião foi lida, — em São Pedro e em Istambul — a recíproca revogação das excomunhões entre Constantinopla e Roma. Aos 08 de dezembro celebrou-se o encerramento formal, solene e festivo do Concílio, no adro de São Pedro, com a publicação de uma série de mensagens do Vaticano II à humanidade (aos governantes, aos pensadores e cientistas, aos artistas, às mulheres, aos operários, aos pobres, doentes e sofredores, aos jovens). A Carta apostólica *In Spiritu Sancto*, de Paulo VI, encerrava o Concílio, renovando a plena aprovação de tudo o que fora decidido sinodalmente e apelando para a sua religiosa observância por parte de todo o povo de Deus.

2 AS GRANDES INSPIRAÇÕES⁵⁶

Não resta dúvida de que todos os documentos⁵⁷, as intenções e o espírito do Concílio Vaticano II trouxeram grandes inspirações para a Igreja e para todo o povo de Deus. Todos e

⁵⁶ Apresentamos aqui, 10 *inspirações*. Não podemos deixar de reconhecer outras duas grandes inspirações proporcionadas pelo Vaticano II: a *renovação bíblica* e a *renovação litúrgica*. Posteriormente, faremos outro artigo com estas inspirações.

⁵⁷ **1.** Constituição dogmática *Lumen gentium*: sobre a Igreja, tem a intenção de “oferecer a seus fiéis e a todo o mundo um ensinamento mais preciso sobre sua natureza e sua missão universal” (n.1). **2.** Constituição dogmática *Dei Verbum*: sobre a Revelação divina, “se propõe expor a genuína doutrina sobre a Revelação divina e sua transmissão” (n. 161). **3.** Constituição pastoral *Gaudium et Spes*: sobre a Igreja no mundo de hoje, “pretende falar a todos para esclarecer o mistério do homem e cooperar na descoberta da solução dos principais problemas de nosso tempo” (n.231). **4.** Constituição *Sacrossanctum Concilium*: sobre a sagrada liturgia quer “relembrar os princípios e estatuir normas práticas para a renovação e o incremento da liturgia” (n. 523). **5.** Decreto *Unitatis Redintegratio*: sobre o ecumenismo, “quer propor a todos os católicos os meios, os caminhos e os modos que lhes permitam corresponder a esta divina vocação e graça [para a restauração da unidade entre todos os cristãos]”

cada um dos documentos inovaram sua temática principal e, no conjunto dos textos, encontram-se espaços, fundamentos inovadores, abertura... para as manifestações humanas, sociais e eclesiais que surgem na caminhada do povo de Deus.

2.1 Eclesiologia profundamente renovada: Igreja comunhão / Igreja povo-de-Deus

O Concílio Vaticano II inspirou uma *eclesiologia profundamente renovada* no que diz respeito tanto ao método e às expressões empregados, quanto em seu próprio conteúdo. A eclesiologia do Vaticano II deu passos bastante decisivos, ilustrando aspectos eclesiológicos fundamentais que foram colocados em segundo plano por vários séculos. Consideram-se os mais significativos ou relevantes: a origem trinitária da Igreja, sua índole mística e carismática, a igualdade fundamental de seus membros, o sacerdócio comum dos fiéis, a colegialidade e a responsabilidade do episcopado, a entidade da Igreja particular, o significado eclesial das Igrejas não católicas, a responsabilidade da Igreja e dos cristãos frente aos problemas da humanidade em nível local e mundial.

Após o Concílio, a eclesiologia muito explicitou, elucidou os conceitos fundamentais da Igreja. O Sínodo dos Bispos de 1985 lembrou que “o Concílio descreveu de diversos modos a Igreja como povo de Deus, corpo de Cristo, esposa de Cristo, templo do Espírito Santo, família de Deus. Essas descrições se completam mutuamente e devem ser compreendidas à luz do mistério de Cristo e da Igreja em Cristo”⁵⁸. Os conceitos de Igreja como tradição viva, sociedade e instituição complementam os conceitos de Igreja sacramento e comunhão.

A característica mais marcante da eclesiologia do Vaticano II é a «*eclesiologia de comunhão*». A comunhão é o conceito central da eclesiologia. O conceito de *communio* foi se evidenciando pouco a pouco e tem um significado básico de comunhão com Deus, da qual se participa através da escuta, meditação e vivência da Palavra de Deus e da participação nos sacramentos.

De modo peculiar, a eclesiologia do Vaticano II não só inspirou como plasmou a *nova consciência* e a *nova imagem* da Igreja. Há o reconhecimento da Igreja como «*Igreja do Vaticano II*». A partir dessa eclesiologia renovada diversas manifestações eclesiais autóctones encontraram espaço aberto para desabrochar e serem reconhecidas nas Igrejas particulares: novos ministérios e serviços eclesiais, CEBs, religiosidade popular, elementos e expressões litúrgicas...

(n. 753). **6.** Decreto *Orientalium Ecclesiarum*: sobre as Igrejas Orientais Católicas, “resolve estabelecer alguns pontos principais” para que aquelas Igrejas floresçam e realizem com novo vigor apostólico a missão que lhes foi confiada (n. 830). **7.** Decreto *Ad gentes*: sobre a atividade missionária da Igreja, “deseja delinear os princípios da atividade missionária” (n. 864). **8.** Decreto *Christus Dominus*: sobre o múnus pastoral dos bispos na Igreja, “tem a intenção de determinar com maior precisão o múnus pastoral dos bispos” (n. 1019). **9.** Decreto *Presbyterorum Ordinis*: sobre o ministério e a vida dos presbíteros, quer “tratar mais ampla e profundamente dos presbíteros (...), com o intuito de sustentar-lhes com mais eficácia o ministério e de prover-lhes melhor a vida nos ambientes pastorais e humanos” (n. 1142). **10.** Decreto *Perfectae Caritatis*: sobre a atualização dos religiosos, “propõe-se a tratar da vida e da disciplina dos Institutos”(n. 1216) e “estabelecer normas” (n. 1218). **11.** Decreto *Optatam Totius*: sobre a formação sacerdotal, “proclama a suma importância da formação sacerdotal e declara alguns de seus princípios básicos” (n. 1248). **12.** Decreto *Apostolicam Actuositatem*: sobre os leigos, “tem a intenção de ilustrar a natureza do apostolado dos leigos” (n. 1333). **13.** Decreto *Inter Mirifica*: sobre os Meios de Comunicação Social, “julga seu dever de abordar as principais questões conexas com os instrumentos de comunicação social” (n. 1462). **14.** Declaração *Gravissimum Educationis*: sobre a educação cristã, quer “emitir alguns princípios fundamentais da educação cristã” (n. 1502). **15.** Declaração *Dignitatis Humanae*: sobre a liberdade religiosa, “propõe-se declarar quanto (os atuais anelos dos espíritos) são conformes à verdade e à justiça” (n. 1535). **16.** Declaração *Nostra Aetate*: sobre as relações da Igreja com as religiões não-cristãs, “no dever de promover a unidade e a caridade entre os homens e mesmo entre os povos, considera aqui, sobretudo, o que é comum aos homens e os move a viver juntos o seu destino” (n. 1578).

⁵⁸ Cf. Sínodo dos Bispos de 1985, II. 3; EV 9/1790.

2.2 Missão [essencial] da Igreja: a evangelização

De uma maneira ou de outra, sempre houve *evangelização* na Igreja, embora, com modos ou planos diferentes. No entanto, constatou-se que no decorrer da história, em determinados períodos, chegou a haver mais um processo de sacramentalização do que a evangelização propriamente dita. Com o Concílio Vaticano II houve uma mudança profunda nessa situação. O conjunto dos documentos e o espírito do Vaticano II inspiram e expressam que a missão primordial da Igreja é a evangelização, e propõem meios e instruções adequadas para sua realização.

O Concílio, na *Lumen Gentium*, reafirmou sua fidelidade ao mandato evangelizador que recebeu de Cristo. A evangelização é, antes de tudo, o cumprimento da vontade divina de anunciar o plano de Deus de salvação e de estabelecer o Reino dos céus em todos os povos. Esse plano de Deus a ser anunciado a todos é o próprio *Cristo*. É *Jesus Cristo* a salvação prometida por Deus e a evangelização consiste em anunciar o próprio *Cristo* a todos os povos.

Com a inspiração do Vaticano II acelerou-se o processo de evangelização em toda a Igreja. Para a evangelização na América Latina foi significativo o processo contínuo das orientações das Conferências Gerais do CELAM, a partir do Vaticano II, como os Bispos reconheceram em Puebla:

Desde a I Conferência Geral do Episcopado realizada no Rio de Janeiro, em 1955, e que deu origem ao Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM) e, ainda com mais vigor, depois do Concílio Vaticano II e da Conferência de Medellín (1968), a Igreja tem conquistado, paulatinamente, a consciência cada vez mais clara e profunda de que a evangelização é a sua missão fundamental e de que não é possível o seu cumprimento sem que se faça o esforço permanente para reconhecer a realidade e adaptar a mensagem cristã ao homem de hoje, dinâmica, atraente e convincentemente⁵⁹. (CELAM, n. 85)

E para toda a Igreja foi significativo o III Sínodo dos Bispos (Roma, 07 de setembro a 26 de outubro de 1974), sobre a evangelização no mundo contemporâneo. E, no ano seguinte, aos 08 de dezembro, a publicação da «Exortação apostólica *Evangelii nuntiandi*⁶⁰», de Paulo VI. Nesse documento, o Papa expressou em um esquema teológico-pastoral a evangelização e sua concretização: os laços profundos e recíprocos entre Cristo, a Igreja e a evangelização; a complexidade da ação evangelizadora; o conteúdo da evangelização; as vias de evangelização; os destinatários da evangelização; os obreiros da evangelização; e o espírito da evangelização.

Desde então, esse documento pontifício é considerado a *magna charta* da evangelização na Igreja. Grandes temas da evangelização contemporânea foram explicitados na *Evangelii nuntiandi*: o testemunho cristão, as culturas, libertação evangélica e promoção humana, sacramentos, religiosidade popular, as comunidades eclesiais de base, a vida religiosa, os leigos, a família, os ministérios diversificados...

2.3 Assembleias continentais de Bispos

⁵⁹ CELAM, *Conclusões de Puebla*, n. 85.

⁶⁰ Nesse documento, Paulo VI retoma e desenvolve sua Encíclica *Ecclesia Suam* (1964), organiza o pensamento conciliar sobre a evangelização sobretudo da *Lumen Gentium* e *Gaudium et Spes* e inspirou, em parte alguns ensinamentos de João Paulo II na Exortação apostólica *Catechesi Tradendae*.

O Concílio Vaticano II inspirou/motivou e serviu de fundamento para Assembleias dos Bispos de inteiros Continentes⁶¹. Essas Assembleias dos Bispos traçaram para suas Igrejas particulares planos pastorais de evangelização com elementos inovadores. A partir dessas Conferências, desenvolveu-se no interior de tais Igrejas uma reflexão teológica autóctone que, declarando sua fidelidade ao Vaticano II como fonte inspiradora e ponto de referência, se propõe a delinear um novo modelo de eclesiologia mais em conformidade com as aspirações do povo de Deus, em suas respectivas Igrejas particulares.

Aqui trataremos somente das Assembleias dos Bispos da América Latina:

A Conferência de Medellín (1968), por exemplo, é uma espécie de releitura do Vaticano II. Teve como tema, «*A Igreja na atual transformação da América Latina à luz do Concílio Vaticano II*»⁶², e situou no centro de sua atenção o homem da América Latina em sua realidade sócio-humana e eclesial. A palavra-chave é *libertação*. Os 16 documentos da Conferência estão subdivididos em três categoria principais: promoção humana; evangelização e crescimento da fé; Igreja invisível e suas estruturas. Os documentos de promoção humana, principalmente, «*Justiça*» e «*A Paz*», com autêntico cunho social contribuíram, decisivamente, para a denuncia do pecado social e na proclamação da necessidade de uma libertação integral, assumindo a opção preferencial pelos pobres. Com a orientação dos outros documentos, praticamente todas as áreas e dimensões da pastoral e da evangelização receberam novas orientações. Muitas manifestações e expressões eclesiais autóctones foram bem consideradas, recebendo iluminação teológico-pastoral e a recomendação de serem incluídas no planejamento pastoral das Igrejas particulares.

A Conferência de Puebla (1979) teve como tema central «*A evangelização no presente e no futuro da América Latina*». A palavra-chave é *comunhão e libertação*. As *Conclusões* de Puebla deram continuidade satisfatória à Conferência de Medellín. O documento está estruturado em cinco partes principais de modo que se tem a compreensão sobre a América Latina e os critérios pastorais para a atuação da Igreja. A *primeira parte* proporciona a visão pastoral da realidade (histórica, sócio-cultural e eclesial) latino-americana. Esta ampla visão possibilita a apresentação do desígnio de Deus sobre a realidade da América Latina (*segunda parte*); as bases da evangelização na Igreja da América Latina (*terceira parte*); os critérios fundamentais para uma Igreja missionária a serviço da evangelização (*quarta parte*); e as opções pastorais sob o dinamismo do Espírito (*quinta parte*).

A Conferência de Santo Domingo (1992) teve como tema central: «*Nova Evangelização, Promoção Humana e Cultura Cristã*, (cristologia, eclesiologia e antropologia cristã). A palavra-chave da IV Conferência Geral é: *solidariedade*. “Alguns acham difícil saber qual é o eixo pastoral, a viga-mestra do Documento, já que trata de três temas de fundo. Mas não há a menor dúvida: para o Documento é a «Nova Evangelização»”⁶³.

As Conferências Gerais do CELAM, principalmente as realizadas em Medellín e em Puebla tornaram-se verdadeiros marcos da Igreja na América Latina. Foram decisivas para a

⁶¹ Cf. América Latina: Conferência de Medellín (1968); Conferência de Puebla (1979) e Santo Domingo (1992); África: Kampala (1969); Extremo-Oriente: Manila (1970).

⁶² Sobre este aspecto, cf. V. Codina, *Para Compreender la Eclesiología*, 102-103: “Medellín como símbolo da novidade da Igreja latino-americana, e o que desencadeou, representa um modelo privilegiado de aceitação do Concílio (Vaticano II) por parte de uma Igreja local. Como fato empírico, reconheceu-se que Medellín foi a aplicação mais significativa e inovadora do Concílio, embora em outras partes do mundo o Concílio também tivesse repercussões importantes. Medellín significou, com efeito, uma peculiar aceitação do Concílio. Recebeu-o transformando-o, isto é, não como mera aplicação de um universal ao concreto. (...) Mas o transformou recebendo-o, isto é, deixando-se inspirar pelo que realmente disse o Concílio. Isto é o que tratamos de mostrar como fato: que o Concílio possibilitou Medellín e que Medellín realmente recebeu o Concílio porque o potenciou (...)”.

⁶³ C. Boff, “Um «Ajuste Pastoral»: Análise Global do Documento do IV CELAM”, C. Boff et alii, *Santo Domingo, Ensaio Teológico-Pastoral* (Petrópolis 1993) 22.

consolidação da consciência de uma nova identidade eclesial latino-americana. Seus textos tornaram mais claros os imensos desafios pastorais; apontaram diversas perspectivas e as novas tarefas que incumbiam aos cristãos e aos pastores da Igreja na América Latina⁶⁴.

De Medellín (1968) a Puebla (1979) desenvolveu-se uma década eclesial fecunda, com dinamismos para as pastorais, os movimentos, os grupos, as CEBs, os ministérios laicais, etc., com brilhante reflexão teológica. Em Santo Domingo não se deu plena continuidade às Conferências anteriores. É verdade que as *Conclusões* Santo Domingo não manifestaram uma ruptura deliberada com as *Conclusões* das Conferências anteriores, mas houve diversidade no método, nos enfoques e nos direcionamentos para as pastorais. A próxima Conferência Geral do CELAM está marcada para 2007, sem lugar ainda definido.

2.4 Sínodo dos Bispos

O Sínodo dos Bispos, com assembleias periódicas pré estabelecidas, foi instituído por Paulo VI, com a Carta apostólica motu proprio *Apostolica sollicitudo*, de 15 de setembro de 1965. Eles têm o objetivo de “escrutando atentamente os sinais dos tempos, procurar adaptar as vias e os métodos do sagrado apostolado às crescentes necessidades dos nossos dias e às mutáveis condições da sociedade”⁶⁵. Para este objetivo principal há um complemento obrigatório, que é a «*alma dos Sínodos*», ou seja, “reforçar com vínculos mais estreitos a união do bispo de Roma com os bispos «que o Espírito Santo constituiu... para governar a Igreja de Deus» (At 20,28)”⁶⁶.

Os Sínodos já foram adotados na Igreja, de modo que, na prática, o *motu proprio* de Paulo VI faz uma espécie de restauração da antiga prática sinodal da Igreja e uma atualização do «mandato» do Concílio Vaticano II, no Decreto *Christus Dominus*, ou seja, continuar naquilo que ele intuiu de mais profundo e de mais característico em todos os seus ensinamentos sobre a Igreja: a natureza colegial do ministério episcopal, na solicitude pela Igreja universal, exercido em comunhão com o Papa, Bispo de Roma, e expressão visível da comunhão episcopal⁶⁷.

Os Sínodos dos Bispos têm revelado uma importância incalculável para a comunhão da colegialidade episcopal e para o estudo, conhecimento, divulgação e avaliação de temas pastorais importantes para a caminhada da Igreja contemporânea, em todos os continentes e regiões da terra. As assembleias periódicas destes Sínodos possibilitam que um tema seja analisado, promovido e tornado amplamente conhecido por toda a Igreja. “Os Sínodos constituem, de per se, parte da nova evangelização: nascem da visão do Concílio Vaticano II sobre a Igreja; abrem um amplo espaço à participação dos leigos, dos quais definem a específica responsabilidade na Igreja; são expressão da força que Cristo deu a todo o Povo de Deus, fazendo-o participante da sua própria missão messiânica — missão profética, sacerdotal e real”⁶⁸.

⁶⁴ Cf. J. O. Beozzo, “Medellín: Vinte anos depois”, 774: Indubitavelmente, há na história da Igreja na América Latina um antes e um depois de Medellín. Naqueles poucos dias, consolidou-se a consciência de uma identidade eclesial latino-americana, ficando claros os imensos desafios e as novas tarefas que incumbiam aos cristãos da América Latina e às Igrejas de cada país frente à realidade tanto eclesial, quanto econômica, política e social. Eram responsabilidades pessoais e coletivas, de âmbito local e continental e, por que não dizer, também universal, como o vai explicitar Puebla, onze anos depois.

⁶⁵ Paulus PP. VI, Litterae apostolicae motu proprio datae *Apostolica sollicitudo* quibus Synodus episcoporum pro universa Ecclesia constituitur, 15 Septembris 1965: *AAS* 57 (1965) 775: EV 2/444.

⁶⁶ *Apostolica sollicitudo*, 775: EV 2/444.

⁶⁷ Cf. *CD* 5; EV 1/581.

⁶⁸ Ioannes Paulus PP. II, Epistula apostolica *Tertio millennio adveniente*, anni MM Iubilaeum ad parandum, 10 Novembris 1994: *AAS* 87(1995) 17-18: EV 14/1748.

Os Sínodos dos Bispos são de caráter universal e têm suas assembleias canonicamente previstas para, entre outros, estudar os problemas que dizem respeito à atividade da Igreja e do mundo⁶⁹. Têm assembleias ordinárias⁷⁰, extraordinárias⁷¹ e especiais⁷². A diversidade terminológica depende quase exclusivamente da convocação do Sínodo.

Alguns Sínodos foram realizados para tratar, de modo abrangente, algumas temáticas do Vaticano II:

- a) Sínodo de 1967: tratou diretamente da aplicação da reforma conciliar, referente à *Direito Canônico, Reforma litúrgica, Problemas doutrinários, Matrimônios mistos, Seminários...*
- b) Sínodo de 1971: tratou sobre a Justiça no mundo;
- c) Sínodo de 1974: a evangelização no mundo atual;

Outros Sínodos trataram, de modo específico, de um tema da evangelização, proposto pelo Vaticano II:

- a) Sínodo de 1977: A catequese em nosso tempo;
- b) Sínodo de 1980: As tarefas da família cristã no mundo atual;
- c) Sínodo de 1983: Reconciliação e Penitência na missão da Igreja;

Outros Sínodos, de certa forma, foram um prolongamento, explicitação ou elucidação de algum documento do Concílio Vaticano II. Houve certa sintonia ou ligação direta com algum documento:

- a) Decreto *Presbyterorum Ordinis*.....Sínodo de 1971: O Sacerdócio Ministerial;
- b) Decr. *Apostolicam Actuositatem*.....Sínodo de 1987: A vocação e a missão dos leigos na Igreja e no mundo;
- c) Decreto *Optatam Totius*.....Sínodo de 1990: A formação sacerdotal nas circunstâncias atuais;
- d) Decreto *Perfectae Caritatis*.....Sínodo de 1994: A vida consagrada e sua função na Igreja e no mundo;

Outros Sínodos trataram de temas específicos das Igrejas particulares de determinada região:

- a) Sínodo de 1980: A Igreja na Holanda;
- b) Sínodo de 1991: A Igreja na Europa;
- c) Sínodo de 1994: A Igreja na África;
- d) Sínodo de 1995: A Igreja no Líbano;
- e) Sínodo de 1997: A Igreja na América;
- f) Sínodo de 1998: A Igreja na Ásia.

⁶⁹ Cf. CIC, cân. 342-348.

⁷⁰ As Assembleias Ordinárias tratam de temas de grande interesse para toda a Igreja. Já foram realizadas 9 Assembleias ordinárias: I Assembléia Ordinária (1967): *Aplicação da reforma conciliar: Direito canônico, Reforma litúrgica, Problemas doutrinários, Matrimônios mistos, Seminários...*; II Assembléia Ordinária (1971): *O Sacerdócio Ministerial e a Justiça no Mundo*; III Assembléia Ordinária (1974): *A evangelização no mundo atual*; IV Assembléia Ordinária (1977): *A catequese em nosso tempo*; V Assembléia Ordinária (1980): *As tarefas da família cristã no mundo atual*; VI Assembléia Ordinária (1983): *Reconciliação e Penitência na missão da Igreja*; VII Assembléia Ordinária (1987): *Vocação e missão dos leigos na Igreja e no mundo, ha vinte anos do Vaticano II*; VIII Assembléia Ordinária (1990): *A formação dos sacerdotes na situação atual*; IX Assembléia Ordinária (1994): *A vida consagrada e sua função na Igreja e no mundo*.

⁷¹ As Assembleias Extraordinárias tratam de temas urgentes. Até agora foram realizados somente 2 Sínodos extraordinários: I Assembléia Extraordinária (1969): *Relações das Conferências Episcopais entre si e com a Sede Apostólica*; II Assembléia Extraordinária (1985): *A aplicação do Vaticano II às novas exigências da Igreja*.

⁷² As Assembleias especiais tratam de temas específicos das Igrejas particulares. Já foram realizados 6 Sínodos Especiais: I Assembléia Especial (1980): A Igreja da Holanda; II Assembléia Especial (1991): A Igreja na Europa; III Assembléia Especial (1994): A Igreja na África; IV Assembléia Especial (1995): A Igreja no Líbano; V Assembléia Especial (1997): A Igreja nas Américas; VI Assembléia Especial (1998): A Igreja na Ásia.

Sínodo dos Bispos exclusivo para uma avaliação do Concílio: Sínodo de 1985 «*A aplicação do Vaticano II às novas exigências da Igreja*».

Foi um momento de avaliação do Concílio. Constatou-se que o Concílio permanece ainda pouco conhecido, quando não ignorado; é objeto de uma leitura “incompleta e seletiva”. Por isso, o Sínodo propôs que se intensificasse o estudo e o aprofundamento, para melhor se compreender a unidade e toda a riqueza de suas *constituições, decretos e declarações*.

2.5 “Descoberta” da Pneumatologia

O Concílio inspirou novo estudo sobre o Espírito Santo, mesmo que a Ele tenha faltado maiores referências. Houve, inclusive, a observação de o Concílio ser de linha cristomonista. Mas, o Concílio foi logo considerado como “a primeira etapa da descoberta do Espírito Santo”. É verdade que o Concílio não elaborou uma doutrina pneumatológica. Diante de muitas observações sobre as referências à terceira Pessoa da Santíssima Trindade, nos documentos do Vaticano II, o Papa Paulo VI considerou que há 258 referências ao Espírito Santo nos textos conciliares, na audiência de 23 de maio de 1973⁷³. Além do aspecto quantitativo, uma leitura profunda dos documentos do Concílio, faz sentir como o Espírito Santo é, além de inspirador e animador do Vaticano II, uma das realidades mais consideradas. Muitas referências e evocações ao Espírito Santo orientam o povo de Deus para uma renovação profunda da fé no Espírito Santo.

O Papa João XXIII expressou a esperança de Concílio ser um rejuvenescimento da Igreja: “o Concílio seria «o novo Pentecostes» que deveria fazer florescer a Igreja em sua riqueza interior... um novo passo adiante do Reino de Deus no mundo”⁷⁴. O Concílio fez sentir, sem dúvida, “a necessidade de uma renovada atenção à doutrina sobre o Espírito Santo”⁷⁵. Já na audiência pública de 06 de junho de 1973, o Papa Paulo VI expressou que sobre o Espírito Santo o Concílio deveria ser prolongado e completado: “À Cristologia e especialmente à Eclesiologia do Concílio deve suceder um estudo novo e um culto novo sobre o Espírito Santo, próprio como complemento necessário ao ensinamento conciliar”⁷⁶.

É o Espírito que “dirige o curso da história... renova a face da terra, está presente à evolução humana” (cf. *GS* 26). Assistimos, hoje, uma vivacidade das comunidades eclesiais, graças ao sopro vivificante do Espírito Santo. A presença do Espírito se manifesta pela diversidade de dons e serviços que se verificam nos membros da comunidade, em cada pessoa, conforme Ele quiser (cf. *1Cor* 12,11). Os vários serviços, dons, carismas e ministérios se destinam ao bem da comunidade.

Na Exortação apostólica *Evangelii nuntiandi* (1975) Paulo VI afirma que “nós estamos vivendo um momento privilegiado do Espírito. Procura-se por toda parte conhecê-lo melhor, tal como a Escritura o revela. Fazem-se assembleias em torno dele. Aspira-se, enfim, a deixar-se conduzir por Ele. É um fato que o Espírito de Deus tem um lugar eminente em toda a vida da Igreja”⁷⁷.

O Movimento de Renovação Carismática Católica (*RCC*) que tanto anima uma grande parte dos cristãos só conseguiu se desenvolver e encontrar espaço na Igreja, graças à abertura do Vaticano II. A *RCC* promove uma verdadeira renovação da fé no Espírito Santo, consciência sobre seu papel na liturgia, na espiritualidade e, de certo modo, maior valorização da pneumatologia.

⁷³ Cf. *Insegnamenti di Paolo VI* (1973).

⁷⁴ Cf. *Allocutio Prima Sessio* de conclusão da primeira sessão do Concílio (8.12.1962); EV 1/124*.

⁷⁵ João Paulo II, Encíclica *Dominum et Vivificantem*, 2.

⁷⁶ Cf. *Insegnamenti di Paolo VI* (1973).

⁷⁷ Paulo VI, Encíclica *Evangelii nuntiandi*, 75; EV 5/1700.

2.6 Mariologia e a renovação do culto à Bem-Aventurada Virgem Maria

No século XX os tratados mariológicos se multiplicaram de modo tal, que tornaram a Mariologia um dos ramos mais fecundos da teologia sistemática. Com o Concílio Vaticano II, iniciou-se um novo período para a reflexão sobre a Bem-Aventurada Virgem Maria e a renovação de seu culto no mundo inteiro.

O Concílio dedicou um inteiro capítulo da «Constituição dogmática *Lumen gentium*», à Virgem Maria, intitulado «*A Bem-Aventurada Virgem Maria Mãe de Deus no mistério de Cristo e da Igreja*». Esse denso capítulo indicou uma mudança de perspectiva: fundiu em uma síntese equilibrada as tendências cristotípica e eclesiotípica, tratando de Maria «no mistério de Cristo e da Igreja»; reafirmou o vínculo orgânico que une Maria à Igreja; expressou a figura de Maria como uma espécie de coroação da própria reflexão sobre o mistério da Igreja. Isto favoreceu o culto à Maria e colocou em relevo o caráter litúrgico, a finalidade cristológica e o impacto vital.

Os textos do Concílio expressaram que em nível litúrgico a Igreja reconhece a Maria um largo espaço celebrativo, o mais vasto depois do reservado a Cristo. A reforma pós-conciliar permitiu de inserir em um modo mais orgânico e com vínculo mais estreito a memória da Mãe no ciclo anual de seu Filho⁷⁸. Na Exortação apostólica *Marialis cultus* (1974) o Papa Paulo VI expressa que a reforma pós-conciliar (...) considerou a Virgem Maria numa perspectiva adequada, dentro do mistério de Cristo; e, em sintonia com a Tradição, reconheceu-lhe o lugar de destaque que lhe compete no culto cristão, como Santa Mãe de Deus e Alma cooperadora do Redentor⁷⁹.

O culto mariano voltou a ser ponto de destaque pastoral, espiritual e teológico. Nosso tempo não vacila mais, como num passado recente, em relação à Mãe do Senhor. Na *Marialis cultus*, Paulo VI expressa que “por seu caráter eclesial, no culto à Virgem Maria refletem-se as preocupações da própria Igreja, entre as quais avulta em nossos dias a reintegração da unidade cristã. A piedade para com a Mãe do Senhor torna-se então sensível às expectativas e aos objetivos do movimento ecumênico; ganha dimensão ecumênica”⁸⁰.

A partir do Concílio, a Mariologia deixou de ser apenas um catálogo de verdades marianas ou de privilégios, porque Maria pertence à história da salvação e há um caráter funcional em ordem ao mistério de Cristo. Em nossos dias, os temas sobre a Virgem Maria estão entre os principais [temas] da teologia. A *LG*, sobretudo confere uma nova impostação ao discurso sobre Maria, colocando-o em contexto eclesiológico e uma perspectiva histórico-salvífica. O Concílio reafirma todos os dogmas marianos (Maternidade divina, Virgindade Perpétua, Imaculada Conceição, Assunção Gloriosa), expressando-os integrados no fato fundamental da associação singular de Maria com seu Filho e Salvador do mundo.

O decreto *Optatum totius* (n. 16) sobre o método teológico convida a estruturar todos os tratados teológicos (portanto, o de Mariologia) percorrendo cinco momentos, ou seja: bíblico, patrístico, especulativo, litúrgico e vida da Igreja, transmissão apropriada da revelação ao mundo contemporâneo. Em 1988, a Congregação para a Educação Católica exigiu que fosse assegurado o ensino de Mariologia nos seminários e faculdades de teologia⁸¹.

A figura da Mãe de Deus voltou a ser um modelo da piedade cristã. Na religiosidade popular e na liturgia da Igreja, Maria tem um lugar de destaque. A pregação e a catequese,

⁷⁸ Quatro **Solenidades** (Imaculada Conceição, Mãe de Deus, Anunciação do Senhor, Assunção), duas **Festas** (Natividade e Visitação), quatro **Memórias** facultativas (Imaculado Coração, N. Senhora de Lurdes, N. Senhora do Carmo, Dedicção da Basílica de Santa Maria Maior) e quatro **Memórias** obrigatórias (N. Senhora Rainha, N. Senhora das Dores, N. Senhora do Rosário, Apresentação de N. Senhora).

⁷⁹ Paulo VI, Exortação apostólica *Marialis cultus*, 15.

⁸⁰ Paulo VI, Exortação apostólica *Marialis cultus*, 32.

⁸¹ Congregazione per l'Educazione Cattolica, *La Vergine Maria nella formazione intellettuale e spirituale* (25.03. 1988): EV 11/283ss.

centradas em Cristo, demonstram que a grandeza de Maria provém de sua privilegiada relação com Cristo, o Filho de Deus feito homem. Grandes santuários marianos, como Aparecida (Brasil), Fátima (Portugal), Lurdes (França), Guadalupe (México)... e outros de menores dimensões tornaram-se lugares especiais de evangelização. Em praticamente todos os países América Latina, encontramos um ou mais título de padroeira da Beata Virgem Maria.

2.7 Ecumenismo e diálogo inter-religioso

Para facilitar a unidade entre os cristãos, o Papa João XXIII constituiu o «*Secretariado para a União dos Cristãos*», aos 05 de junho de 1960. No dia 06 de agosto de 1962, o Secretariado foi confirmado como Comissão conciliar. No programático discurso de abertura do Concílio (11.10.1962), João XXIII anunciou, formalmente, que uma das grandes finalidades do encontro seria a união dos cristãos. E para isso estavam presentes na Aula Conciliar, desde o primeiro dia, os observadores não-católicos⁸².

O documento do Concílio sobre o ecumenismo é o Decreto *Unitatis Redintegratio*⁸³, aprovado na sessão de 21 de novembro de 1964. Esse documento é aberto com as seguintes palavras: “A reintegração da unidade entre todos os cristãos é *um dos objetivos principais* do Sagrado Sínodo Ecumênico Vaticano II” (cf. UR 1). Não pretende, porém, ser um guia único para todos os cristãos, mas apenas “quer propor a todos os católicos os meios, os caminhos e os modos que lhes permitam corresponder à vocação divina e graça” (cf. UR 1) de restaurar a unidade entre todos os discípulos de Cristo.

O empenho ecumênico do Concílio está presente, além do Decreto *Unitatis Redintegratio* em diversos documentos. A Constituição *Lumen Gentium* (n. 15) demonstra os laços da Igreja com os cristãos não-católicos. No início da Constituição *Sacrosanctum Concilium*, sobre a Liturgia, se expressa que o Concílio tem a intenção de “favorecer tudo que possa contribuir para a união dos que crêem em Cristo” (cf. SC 1). Na Constituição *Gaudium et Spes* (n. 92) faz-se um apelo à unidade. No Decreto *Ad gentes* (n. 6) se esclarece a distinção nítida entre atividade missionária e ecumenismo. No Decreto *Christus Dominus* (n. 16) se demonstra o dever dos Bispos em relação “aos irmãos separados” e ao ecumenismo. O Decreto *Optatam Totius* (n. 16) lança um incentivo aos candidatos ao presbiterato a conhecerem mais profundamente as Igrejas e comunidades eclesiais não-católicas.

Embora trate especificamente das *Igrejas Orientais Católicas*, o Decreto *Orientalium Ecclesiarum* nos números 24-29, ocupa-se com as “relações com os irmãos separados”. Essas orientações complementam a primeira parte do Capítulo III do Decreto sobre o Ecumenismo. Notável é a proposta de diálogo em diversos documentos do Concílio: diálogo ecumênico (UR 4), do diálogo inter-religioso (NA), do diálogo com os não-crentes (GS 21) e do diálogo nas missões (AG 11 e 15).

O Concílio proporcionou ao diálogo inter-religioso um impulso ... de modo que este tornou-se um dos principais pontos da renovação e da abertura da Igreja. A carta magna do diálogo inter-religioso encontra-se em GS 92, onde o Concílio resume, em ordem inversa os quatro círculos concêntricos já apresentados na Encíclica *Ecclesiam suam*. Na Declaração *Nostra Aetatis*, a Igreja propõe a seus fiéis que “com prudência e caridade, por meio do diálogo e da colaboração (*per colloquia et collaborationem*) com os seguidores das demais religiões, dando testemunho da fé e da vida cristã, reconheçam, conservem e façam progredir os bens espirituais que se encontram neles” (cf. NA 2).

⁸² Cf. *Allocutio Gaudet Mater Ecclesiae*.

⁸³ Este documento está dividido em três capítulos: o *primeiro* sobre os «Princípios católicos do ecumenismo», tem um caráter mais teológico; o *segundo* focaliza «A prática do ecumenismo», sobretudo com um estilo espiritual; o *terceiro* «As Igrejas e Comunidades Eclesiais separadas da Sé Apostólica Romana», expressa uma maior compreensão e melhor relacionamento por parte da Igreja.

O Papa Paulo VI logo começou a colher *os frutos maduros do Concílio*. O Pontífice deu ao «*Secretariado para a Unidade dos Cristãos*» uma estrutura definitiva e lançou-se decididamente em prol do ecumenismo, encontrando-se com os principais líderes cristãos, sempre propondo a via do diálogo. O empenho pelo diálogo na Igreja já havia sido proposto em sua Encíclica *Ecclesia suam*.

O encontro de Paulo VI com o patriarca de Constantinopla, Atenágoras, em janeiro de 1964, em Jerusalém, possibilitou as vias do ecumenismo e causou grande impacto na opinião pública. Aos 07 de dezembro de 1965, Paulo VI e Atenágoras anularam as excomunhões mútuas, declaradas em 1054, entre Roma e Constantinopla. Esse gesto constitui uma etapa marcante no caminho da Unidade. Na declaração conjunta, entre outras coisas decidiram “lamentar e tirar da memória e do meio da Igreja as sentenças de excomunhão que seguiram (aos acontecimentos de 1054), e cuja lembrança atua, até nossos dias, como um obstáculo à aproximação na caridade, assim como consagrá-las ao esquecimento”⁸⁴. Outro gesto grandioso de Paulo VI foi o encontro com o Arcebispo Primaz de Cantuária, Ramsey, na Basílica de São Paulo, em Roma. Destaca-se a elaboração e publicação do *Diretório Ecumênico*, um manual de cunho pastoral e jurídico.

Durante todo o pontificado de Paulo VI a atividade do «*Secretariado para a Unidade dos Cristãos*» foi muito intensa, preparando subsídios ecumênicos, organizando os encontros pessoais do Papa com outros líderes cristãos e estruturando as comissões mistas de diálogo interconfessional. As visitas de líderes religiosos cristãos, ao Papa, eram quase intermináveis.

O Papa João Paulo II tem expressado claramente uma preocupação ecumênica desde o início de seu pontificado. Em um discurso ao Colégio dos Cardeais, aos membros da Cúria Romana e do Vicariato de Roma, aos 28 de junho expressou o compromisso da Igreja Católica com o ecumenismo. Sua visita à Sinagoga de Roma foi um momento de reforço para o diálogo com os judeus. E o momento de oração, aos 27 de outubro de 1986, em Assis, com os líderes das grandes religiões do mundo, em prol da paz — «**Jornada mundial pela paz**» — muito aproximou os líderes de todas as grandes religiões. Estavam juntos tendo em comum o mesmo objetivo: a paz para todos os povos. Sem a inspiração do Vaticano II esses fatos não seriam possíveis.

2.8 Comunidades Eclesiais de Base – CEBs

Em alguns documentos do Vaticano II encontram-se além de inspirações, autênticos pressupostos que são os fundamentos para o tipo de comunidades⁸⁵, que são precisamente situadas e dinamizadas com o modelo de comunhão e participação⁸⁶. É nesta moldura que se

⁸⁴ Essa declaração, conhecida também como *Tómos Agápis*, encontra-se em versão francesa, em AAS 68 (1966): 19-20. Foi lida na última sessão pública do Concílio Vaticano II.

⁸⁵ Cf. A. Antón, “L’ Ecclesiologia Postconciliare: Speranze, Risultati”, 373: “A nível de Igreja universal, mesmo se com maior força nas Igreja do Terceiro Mundo, surgiu espontaneamente (na realidade seria exato ver neste fenômeno o fruto da ação do Espírito Santo) uma série de modelos de como viver o mistério de comunhão eclesial no seio de grupos ou comunidades infra-paroquiais que, purificando-se gradualmente de algumas formas de sectarismo, constituem hoje uma ajuda muito eficaz para a Igreja na sua missão evangelizadora. Tais comunidades eclesiais de base são o primeiro e fundamental núcleo eclesial, a célula inicial de comunhão, centro de evangelização e fator primordial de promoção humana e desenvolvimento”; cf. D. Regan, *Experiência Cristã das Comunidades de Base: Mistagogia* (São Paulo 1995) 134.

Para compreender sobre a importância do Vaticano II para o desenvolvimento seguro das CEBs e o reconhecimento de sua eclesialidade, cf. J. Comblin, *Cristãos Rumo ao Século XXI, nova caminhada de libertação* (São Paulo 1996) 27: “depois do Vaticano II, foram criadas as condições para que houvesse florescimento das comunidades eclesiais de base (CEBs) tanto na África quanto na América Latina — com apoio de Medellín”.

⁸⁶ O Vaticano II explicitou a eclesiologia de comunhão. Até então havia uma espécie de omissão ou desconhecimento eclesiológico em toda a eclesiologia oficial. A Igreja era vista como sociedade universal,

situam as CEBs/Comunidades Eclesiais de Base. Dentro do “genuíno espírito” do Vaticano II, a *LG* acena, claramente, para um tipo de pequenas comunidades paroquiais, onde a semente das CEBs realmente encontraram o verdadeiro ensino ou base para serem fundamentadas e, eclesialmente, se desenvolverem.

A principal inspiração ou fundamentação teológica para as CEBs na *LG*, é o n. 26, onde se afirma que todas as legítimas comunidades locais de fiéis que estão unidas aos seus Pastores, são no Novo Testamento chamadas de “Igrejas”. Nelas está verdadeiramente presente a Igreja de Cristo. Estas são, em seu lugar, o povo novo, chamado por Deus no Espírito Santo e em grande plenitude (cf. *ITs* 1, 5). Nelas se reúnem os fiéis pela pregação do Evangelho de Cristo. Nelas se celebra o mistério da Ceia do Senhor, “a fim de que, comendo e bebendo o corpo e sangue do Senhor, toda a fraternidade se una intimamente”. Nelas manifesta-se o símbolo daquela caridade e “unidade do corpo místico sem a qual não pode haver salvação”. Nestas comunidades, embora muitas vezes pequenas e pobres, ou vivendo na dispersão, está presente o Cristo, por cuja virtude consócia a Igreja una, santa e apostólica⁸⁷. Neste texto, as CEBs são realmente situadas ou fundamentadas e reconhecidas como Igreja. Na sua existência concreta, são localizadas em comunidades sociológicas, dentro da jurisdição da paróquia.

Com as orientações e o espírito do Concílio, os Bispos da América Latina puderam adaptar novas orientações pastorais, para melhor acompanharem as CEBs⁸⁸. “Não seria possível imaginar a experiência das Comunidades Eclesiais de Base fora deste contexto de renovação conciliar”⁸⁹. O Concílio possibilitou a compreensão das Comunidades Eclesiais de

centralizada em Roma, “rebanho sob um único pastor” (unus grex sub uno pastore: Vaticano I). A Igreja era como uma grande diocese, em cuja cabeça estava o Papa. As Igrejas particulares eram unicamente partes da grande diocese de Roma; cf. CNBB, *Comunidades Eclesiais de Base na Igreja do Brasil, ComMensal* 362 (1982-II) 1181: “A insistência do Vaticano II no aprofundamento do senso de comunidade na Igreja como básico para a renovação pastoral foi vital para o surgimento e crescimento das CEBs e de que elas devem se tornar instrumentos de evangelização”.

⁸⁷ *LG* 26: EV 1/348. Cf. A. Anton, *El Misterio de la Iglesia – Evolución Historica II*, 901: “Esta variedad de formas de realización têm como único centro de gravidade uma realidade teológica que se dá em todos. Nesta realidade misteriosa se baseia a *comunhão*, componente essencial da Igreja e das Igrejas. Porque a Igreja de Cristo — não importa qual seja o número de cristãos que abraça em seu seio, isto é, indiferentemente de que se trate dos fiéis que compõem uma diocese ou da totalidade de crentes da Igreja universal — é uma *comunhão*”; cf. B. Forte, “CEB e chiesa locale: dal binomio clero-laicato al binomio comunità-ministeri”, *Comunità ecclesiali di base e rinnovamento conciliare. Atti XI convegno nazionale delle comunità ecclesiale di base (CEB) a Roma, 28 aprile-1 maggio 1985* (Bologna 1986) 59-60: “... la chiesa descritta meravigliosamente nel n. 26 della *Lumen gentium*, non potrà che essere una chiesa situata nel tempo e nel spazio, una chiesa locale, legata a un territorio, legata a un vescovo, a una chiesa che si attualizza ancora più concretamente, nella comunione col vescovo, nelle piccole comunità ecclesiali, dove il pane dell’eucarestia è spezzato per fondare la compagnia della vita e della fede”; cf. V. Codina, *Para Comprender la Ecclesiológia*, 42: “O primeiro lugar de reuniões das comunidades cristãs foi a casa-moradia (*oikia*) e seu núcleo é a casa-família (*oikos*). Dela participam pessoas de diferente condição social. Paulo busca a conversão de algum pater-famílias para que faça de sua casa lugar de reunião e plataforma missionária. (...) O pater-famílias facilmente será o líder da nova comunidade. O cristianismo cresce a partir da casa-moradia (*oikia*), pois embora aspire à fraternidade universal não tem acesso à vida pública. A opção pela comunidade-casa é opção realista e concreta, viável prelúdio das CEBs atuais”; cf. J. Comblin, “A Igreja na casa — Contribuição sobre os Fundamentos das Comunidades Eclesiais de Base”, *REB* 47 (1987) 320-355. Neste artigo, o autor demonstra como as atuais CEBs são Igreja, como aí os cristãos vivem, de modo comunitário, a sua fé. Parte das raízes bíblicas da Igreja na casa, de acordo com as Epístolas Paulinas, os Evangelhos e os Atos dos Apóstolos. Demonstra como a Igreja na casa (CEBs) passou pela História e como está nos dias de hoje; cf. K. Lehmann, “O que é uma comunidade cristã? Estruturas teológicas fundamentais”, *Atualização* (1973) 846; cf. K. Rahner, *Nuovi saggi III – Ecclesiologia* “Il nuovo volto”, 402-407.

⁸⁸ Estas comunidades já haviam despontado na AL, antes do Vaticano II. O Concílio vem legitimá-las.

⁸⁹ Cf. A. Barreiro, “Raízes da consciência eclesial das CEBs”, *Convergência* 158 (1982) 603; cf. P. A. Ribeiro de Oliveira, “Oprimidos: a opção pela Igreja”, *REB* 41 (1981) 643; cf. CNBB, *Comunidades Eclesiais de Base*, 1181-1182; cf. L. G. Fernandes, “Gênese, dinâmica e perspectiva das CEBs no Brasil”, *REB* 42 (1982) 457.

Base⁹⁰. Contudo, o Vaticano II, sozinho, não explica a origem nem a originalidade das CEBs. Em nível de Magistério eclesial, influência mais direta e mais direcionada sobre as CEBs exerceram, para a América Latina em geral, as Conferências de Medellín e de Puebla; e para o Brasil, também os planos de pastoral de conjunto e outros documentos da CNBB⁹¹. Os Bispos do Brasil reconheceram o mérito Vaticano II na orientação das CEBs de modo tal, que elas muito contribuíram na edificação do povo de Deus: “Revendo os passos feitos no decorrer destes vinte anos, não parece ousado afirmar que as nossas CEBs, inspirando-se nos ensinamentos do Concílio, tornaram-se instrumentos da construção do Reino e concretização das esperanças de nosso povo”⁹².

As orientações de Medellín e de Puebla expressaram muita atenção pastoral para as CEBs e as reconheceram como um dos fenômenos eclesiais mais importantes na Igreja latino-americana. Nestas duas Conferências, as CEBs ganharam o seu lugar, como proposta pastoral e orientações eclesiológicas. Na Conferência de Santo Domingo houve diferenças e diversidades nos enfoques.

A importância e contribuição das CEBs para a Igreja é incalculável. Muitos estudos sobre estas comunidades expressam e elucidam certos elementos essenciais ou integrantes da realidade eclesial: explicitou-se muitos modelos com análises⁹³; identificou-se o seu marcante estilo e mediação comunitária⁹⁴; estudou-se a sua gênese⁹⁵; expressou-se a sua ministerialidade eclesial-laical⁹⁶; demonstrou-se as suas bases teológicas⁹⁷; analisou-se a dimensão teológica-pastoral⁹⁸; a sua perspectiva antropológica⁹⁹; descobriu-se a sua mistagogia¹⁰⁰; avaliou-se vários de seus aspectos, contextos, relações-confrontos (unidade estruturante na Igreja, estatuto eclesiológico, poder e participação na Igreja, espiritualidade, transformação social, catolicismo popular, questão dos sacramentos, situação na Igreja)¹⁰¹, importantes estudos sobre a eclesialidade delas¹⁰², e a orientação do magistério da Igreja para estas Comunidades¹⁰³.

2.9 Teologia da Libertação – TdL

A teologia do Concílio Vaticano II inspirou e abriu amplas perspectivas para toda a Igreja e criou o terreno fértil para as teologias de caráter encarnatório, como a TdL, se

⁹⁰ A. Anton, *El Misterio de la Iglesia – Evolución Historica II*, 1056.

⁹¹ A. Barreiro, “Raízes da consciência eclesial das CEBs”, 603.

⁹² CNBB, *Comunidades Eclesiais de Base*, 1183.

⁹³ Cf. o n. 104 completo da revista *Concilium* 4 (1975): o movimento das comunidades cristãs de base na Itália, Comunidades de base nos Estados Unidos, Comunidades eclesiais de base na América Latina, Notas sobre as comunidades de base na França; cf. A. R. Guimarães, *Comunidades de Base no Brasil: Uma nova maneira de ser Igreja* (Petrópolis 1978).

⁹⁴ A. R. Guimarães, *Comunidades de Base no Brasil*.

⁹⁵ L. Boff, *Eclesiogênese*; F. Teixeira, *A Gênese das CEBs no Brasil*.

⁹⁶ Cf. F. A. Pastor, “Ministerios laicales y comunidades de Base”, *Gregorianum* 68 (1987) 267-305; A. J. de Almeida, *Os Ministérios Não-Ordenados na Igreja*; idem, *Teologia dos Ministérios Não-Ordenados*.

⁹⁷ F. Teixeira, *Comunidades Eclesiais de Base – Bases teológicas*.

⁹⁸ A. Medina – P. A. Ribeiro de Oliveira, *Autoridade e participação. Estudo sociológico da Igreja Católica* (Petrópolis 1973); idem, A. Medina – P. A. Ribeiro de Oliveira, “A Igreja Católica no Brasil: uma perspectiva sociológica”, *REB* 33 (1973) 72-91; cf. F. Teixeira, *A Fé na Vida – um estudo teológico-pastoral*.

⁹⁹ M. Azevedo, *Comunidades Eclesiais de Base e Inculturação da Fé*.

¹⁰⁰ D. Regan, *Experiência Cristã das Comunidades de Base*.

¹⁰¹ C. Boff et alii, *As Comunidades de Base*.

¹⁰² Cf. H. Lepargneur, *Os leigos na Igreja particular* (Petrópolis 1976) 80-106; L. Boff, *Eclesiogênese*; idem, *E a Igreja se fez povo – Eclesiogênese: a Igreja que nasce da fé do povo* (Petrópolis 1986); A. Barreiro, “Eclesialidade e consciência eclesial das CEBs”, 301-326; idem, “A eclesialidade das CEBs”, *REB* 46 (1986) 631-649.

¹⁰³ Cf. Frei Heleno Moreira, OFM, *A Eclesialidade das CEBs, no Magistério conciliar, pontifício e nas Conclusões das Conferências Gerais do CELAM, a partir do Vaticano II*.

desenvolverem. O Concílio possibilitou grandes mudanças também nas abordagens teológicas sobre o ser humano com uma visão antropológica mais abrangente. O homem passou de objeto do mundo para seu sujeito. Considerou-se, decisivamente sua existência humana, suas relações sociais, sua realização como ser humano e sua salvação.

A Constituição pastoral *Gaudium et Spes* não só ofereceu uma abertura temática para os problemas sociais, mas assumiu a metodologia do ver, julgar e agir. Esse método facilitou o encontro entre pastores, intelectuais e as camadas populares. Tal método praticado pela instância mais alta da Igreja, um concílio ecumênico, será incorporado definitivamente à teologia da libertação.

Todo o espírito de abertura social iniciado por João XXIII com as encíclicas sociais *Mater et Magistra* e *Pacem in terris* e a dinâmica do Concílio Vaticano II, sobretudo, através da Constituição pastoral *Gaudium et Spes*, possibilitou no interior da Igreja um clima de abertura, de viabilidade para novas experiências, de preocupação pelas realidades terrestres, humanas e históricas. A estes documentos juntou-se a atuação libertadora do episcopado do Brasil com suas pastorais sociais, movimentos, CEBs, ACO, atuação dos cristãos... de modo tão intenso que se criou um terreno fértil para a *TdL*.

A *TdL* recebeu grande impulso na Conferência de Medellín (1968), porque esta aplicava ao Continente Latino-americano [quase metade do mundo católico], com base no Vaticano II, a nova consciência de Igreja e sua abertura ao mundo e aos problemas da humanidade. Esta Conferência tornou-se o marco e uma fonte de inspiração para a *TdL*, por seu espírito profético, libertador e renovador.

A *TdL* é uma teologia da prática e representa uma via teológica original, propondo não tanto um novo tema de reflexão, mas, antes, um novo modo de fazer teologia. A primeira grande discussão sistemática da *TdL* é constituída pelo livro *Teología de la Liberación* de Gustavo Gutierrez.

2.10 Diálogo com o mundo

O Concílio inspirou o diálogo aberto com o mundo, possibilitando à Igreja ir ao encontro de todos os povos. Na Constituição *Gaudium et Spes* (n. 58) a Igreja expressou suas relações com a cultura humana: “A Igreja enviada a todos os povos de qualquer época e região, não está ligada de maneira exclusiva e indissolúvel a nenhuma raça ou nação, a nenhuma forma particular de costumes e a nenhum hábito antigo ou recente. Aderindo à própria tradição e simultaneamente consciente de sua missão universal, ela pode entrar em comunhão com as diversas formas de cultura, com a qual tanto a Igreja como as variadas culturas se enriquecem”.

A Constituição pastoral *Gaudium et Spes* expressou também, que “o Concílio pretende falar a todos para esclarecer o mistério do homem e cooperar na descoberta da solução dos principais problemas de nosso tempo” (*GS* 10). Praticamente toda a Constituição *Gaudium et Spes* expressa os propósitos, os fundamentos e os caminhos e propostas para as relações da Igreja com o mundo de hoje. A Igreja atua nesse processo, principalmente através de uma chave analítica e hermenêutica que é a cultura (*GS* 53-63), utilizando a contribuição das ciências sociais.

O Concílio tirou a Igreja de seu isolamento no mundo, dando-lhe os pressupostos, as vias para o diálogo com ele e para um processo de inserção progressiva em sua realidade. A Igreja se inseriu no mundo chegando a atuar, com mais determinação, em todos os ambientes prestando solidariedade e assistência espiritual e humana a todos os povos. Praticamente todas as necessidades humanas e sociais receberam algum apoio, intervenção, intermediação ou mesmo a atuação direta da Igreja, para sua solução. Restabeleceu-se o diálogo com a ciência, com as culturas, com os filósofos.

A Igreja entrou em um brilhante período de prestígio e reconhecimento. Praticamente todo o mundo Ocidental buscou alguma ou muita orientação da Igreja católica. A visita do Papa Paulo VI à ONU, aos 04 de outubro de 1965, por ocasião dos 20 anos de fundação dessa Entidade, foi um dos momentos de grandeza para a Igreja. Naquela ocasião, em seu discurso, o Papa proferiu sua famosa expressão «*A Igreja é mestra da fé e perita em humanidades*».

As visitas apostólicas de João Paulo II pelo mundo inteiro comprovam sua capacidade de diálogo, e o prestígio da Igreja no período pós-Concílio Vaticano II. Ele é um árduo defensor dos documentos do Concílio Vaticano II de seu espírito e de suas intenções originais. É impressionante o modo como esse Pontífice fundamenta seus documentos, discursos e homilias nos textos do Concílio.

Em suas viagens apostólicas pelo mundo João Paulo II já foi recebido praticamente por todos os povos. E com eles procurou falar de modo inculturado, comprovando a abertura da Igreja para o diálogo com todos os povos e culturas. A preparação e a realização das viagens do Papa muito têm contribuído para a evangelização de muitos povos, revitalização dos evangelizados e para o diálogo com o mundo.

CONCLUSÃO

A *contextualização* e as *inspirações* do Concílio Vaticano II dispensam uma conclusão. A conclusão será feita com nossa consciência do contexto geral que precedeu o Concílio, seu desenvolvimento e nossa sintonia pessoal, assimilação e reconhecimento do espírito e das intenções do próprio Concílio.

Ainda como cardeal de Milão, Montini, o futuro Paulo VI expressou, em 1960, que o Concílio Vaticano II seria um evento histórico de primeira grandeza, o maior jamais celebrado na Igreja. A visão do cardeal Montini foi confirmada e ele muito contribuiu para esse empreendimento. Sem dúvida, o Concílio Vaticano II é um grande evento histórico e original, sobretudo, porque não segue nenhum dos modelos dos 20 concílios que o precederam e inaugura nova forma de atuação da Igreja: intra-ecclesial, extra-ecclesial e inter-ecclesial.

Os textos dos documentos do Concílio revelam profundamente o espírito do próprio Concílio: a autoconsciência da Igreja e a renovação de suas estruturas, sua abertura para o mundo através do diálogo e de sua inserção em todos os meios. Foi o primeiro na história conciliar da Igreja a falar positivamente das outras religiões, abrindo espaço para o diálogo inter-religioso. A partir de então, teve início uma nova era para a Igreja.

O Concílio veio, em hora oportuna, ao encontro de exigências profundas do cristianismo e da humanidade inteira. A Igreja não podia manter a sua atitude isolada ou indiferente diante de uma sociedade em plena mudança rumo a uma estrutura planetária, renovada em mentalidade, nos costumes, nos modos de ser e de agir. A Igreja tinha de sair do mutismo de séculos e entrar em diálogo com o mundo, também ele, muito diferente do que era anteriormente. O Concílio chegou na hora certa!

As grandes *inspirações* do Concílio comprovam a autenticidade de seus documentos que, de fato, possibilitaram a renovação da Igreja e sua inserção no mundo contemporâneo. Devemos lembrar que duas grandes *inspirações* do Vaticano II — A TdL e as CEBs — são reconhecidas como dois grandes fenômenos que caracterizaram a vida da Igreja Latino-americana na segunda metade do século XX. O mundo inteiro ouviu falar e se interessou pela teologia da libertação e pelas nossas Comunidades Eclesiais de Base. Sem a inspiração e a fundamentação teológica do Vaticano II não poderíamos imaginar a manifestação e a atuação eficaz das CEBs e da TdL.

Muito devemos aprender com os documentos do Concílio Vaticano II, considerando suas intenções fundamentais e seu espírito. Para isso, devemos estudá-los profundamente com

interesse e verdadeiro amor pela Igreja de Cristo. A compreensão do Concílio deve ser, sobretudo, com o reconhecimento de sua necessidade e com ampla visão do acontecimento: sua intensa preparação; a situação aberta e cheia de esperanças do evento conciliar; e o contexto, as dificuldades das mudanças, as alegrias e as crises do pós-Concílio.

REFERÊNCIAS

ALBERIGO, Giuseppe. **História dos Concílios Ecumênicos**. São Paulo: Paulus, 1995.

ALFARO, Juan. **Maria, a Bem-Aventurada porque acreditou**. São Paulo: Loyola, 1986.

ANDERY, A. A. **A Procura do Espírito Conciliar**. (Ed. Duas Cidades, 1967).

ANTON, Ange. **El Misterio de la Iglesia II: evolución histórica de las ideas eclesiológicas**. Madrid-Toledo: BAC, 1987.

CAMPOS, P. N. **Vaticano II: uma visão de conjunto**. São Paulo: Paulinas, 1966.

CODINA, Vítor. **Para compreender la Eclesiología desde America Latina**. Navarra: Verbo Divino, 1994.

COMBY, Jean. **Para ler a História da Igreja**. São Paulo: Loyola, 1994. Tomo II.

FIORES, Stefano de. *Maria Madre di Gesù* (EDB, 1992).

HORTAL, Jesus. **E haverá um só rebanho: história, doutrina e prática católica do ecumenismo** (Ed. Loyola, 1989).

LAMBIASI, Francesco. **Lo Spirito Santo: mistero e presenza**. Roma: EDB, 1991.

LATOURELLE, René. Vaticano II. In: **Dicionário de Teologia Fundamental**. São Paulo: Vozes; Santuário, 1994.

_____(Ed.). **Vaticano II: Bilancio e Prospettive**. Assis: Cittadella Editrice, 1991. Tomo 1.

SCHATZ, Klaus. *Storia dei Concili*. In.: ROCCHETTA, Carlo (Org.). **Corso di Teologia Sistemática**. Bologna: EDB, 1991.